

**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº 692/2024

**AUTOR:** Deputado **PROFESSOR JÚNIOR GEO**

**ASSUNTO:** Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento específicas para pessoas com o Transtorno do Espectro Autista, e adota outras providências.

**RELATOR:** Deputado **GIPÃO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER**

**I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão para exame, de autoria do Deputado PROFESSOR JÚNIOR GEO, o Projeto de Lei nº 692/2024, que “Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento específicas para pessoas com o Transtorno do Espectro Autista, e adota outras providências”.

Aduz o autor que a presente proposição tem por objetivo permitir que as pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA tenham direito à reserva de vagas em estacionamento de uso público ou privado de uso coletivo, e que a proposição é fundamental para garantir o pleno exercício dos direitos das pessoas.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

É o relatório.



## II – VOTO

A iniciativa da presente proposição é válida, pois compete concorrentemente à União e aos Estados e ao Distrito Federal legislar estabelecer normas gerais sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, (cf. o art. 24, XIV e § 1º da CF).

Todavia, ressalta-se que no nosso ordenamento estadual já existe lei que trata sobre o assunto, a Lei nº 4.413, de 13 de maio de 2024, que “Dispõe sobre a reserva de vagas em estacionamento de shoppings centers, estabelecimentos públicos e privados para pessoas com transtorno do espectro autista – TEA e adota outras providências”, sendo que a proposta não inova em nada o ordenamento jurídico, ficando, portanto, prejudicada.

Assim, nos termos do artigo 148, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, considera prejudicada a discussão ou votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado ou rejeitado, na mesma Sessão Legislativa, ou transformado em diploma legal.

Ante o exposto, e estando a propositura prejudicado em virtude de Lei idêntica ao projeto em comento, **VOTO** pelo **ARQUIVAMENTO** do Projeto de Lei nº **692/2024**.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2024.



Deputado GIPÃO  
Relator



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



## DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a)..... CIPÃO referente ao(a) PL 692/2024

OBS:.....

Encaminhe-se(a) (ao) ARQUIVO

Sala das Comissões, 28 de maio de 2024

Deputado **NILTON FRANCO**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

### MEMBROS EFETIVOS

Dep. GIPÃO(✓)
Dep. CLAUDIA LELIS(✓)
Dep. CLEITON CARDOSO(✓)
Dep. NILTON FRANCO(✓)
Dep. PROF. JÚNIOR GEO(✓)

### MEMBROS SUPLENTES

Dep. MOISEMAR MARINHO( )
Dep. VANDA MONTEIRO( )
Dep. VALDEMAR JÚNIOR( )
Dep. OLYNTHO NETO( )
Dep. GUTIERRES TORQUATO( )